

ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ nº 33.544.370/0001-49

ERRATA

Retificações a serem feitas nas **Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016** publicadas no dia 21 de julho de 2017 no jornal **Valor** (São Paulo), páginas E3 e E4:

No Quadro da Nota Explicativa 16: Provisão para contingências e depósitos judiciais, onde se lê:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	574	60
Total de contingências	<u>574</u>	<u>60</u>

Leia-se:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	60	438
Cível	-	136
Total de contingências	<u>60</u>	<u>574</u>

No Quadro da Nota Explicativa 17: Partes relacionadas, onde se lê:

17. Partes relacionadas: a. Saldos com partes relacionadas

Saldos	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo não circulante		
Empréstimos - partes relacionadas		
Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social - AJEAS (a)	29.463	21.525
Universidade Católica de Pernambuco	4.500	4.500
Companhia de Jesus - Jesuítas	920	875
Outras partes relacionadas	<u>1.244</u>	<u>959</u>
	<u>36.127</u>	<u>27.859</u>

Passivo circulante

Outras contas a pagar - partes relacionadas (17.b)	-	1
Companhia de Jesus - Jesuítas (b)	<u>1.465</u>	<u>7.741</u>
	<u>1.465</u>	<u>7.741</u>

Leia-se:

17. Partes relacionadas: a. Saldos com partes relacionadas

Saldos	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo não circulante		
Empréstimos - partes relacionadas		
Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social - AJEAS (a)	29.463	21.525
Universidade Católica de Pernambuco	4.500	4.500
Companhia de Jesus - Jesuítas	920	875
Outras partes relacionadas	<u>1.244</u>	<u>959</u>
	<u>36.127</u>	<u>27.859</u>

Passivo circulante

Outras contas a pagar - partes relacionadas		
Companhia de Jesus - Jesuítas (b)	<u>1.465</u>	<u>7.741</u>
	<u>1.465</u>	<u>7.741</u>



ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU de 13/04/1962, de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 41.567 de 24/01/1997 e Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS)

CNPJ nº 33.544.370/0001-49

consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2016	2015
Trabalhista.....	574	60
Total de contingências.....	574	60

Além dos processos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2016 existem outros processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 18.851 (R\$ 15.461 em 2015), dos quais se destacam o montante de R\$ 17.098 de PIS sobre folha de pagamento. **b. Depósitos judiciais:** Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, sendo esta sua movimentação e composição:

	Adi- ções	Atuali- zação	2016	2015
Pis sobre folha de pagamento (i).....	15.461	1.494	-	143
Trabalhistas.....	2.271	-	(604)	-
Outros.....	4.247	-	447	4.694
	21.979	1.494	(604)	590
			23.459	

As principais naturezas podem ser resumidas a seguir: (i) PIS sobre folha de pagamento - a Associação possui processo judicial para reconhecer o direito líquido e certo da empresa à imunidade prevista no art. 195, Parágrafo 7º da Constituição Federal, afastando a inconstitucional exigência do recolhimento da contribuição ao PIS, tal como atualmente previsto na Medida Provisória nº 2158-35/01, de 24 de agosto de 2001. Os valores questionados são depositados em juízo.

	2016	2015
Ativo não circulante		
Empréstimos - partes relacionadas		
Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social - AJEAS (a).....	29.463	21.252
Universidade Católica de Pernambuco.....	4.500	4.500
Companhia de Jesus - Jesuítas.....	920	875
Outras partes relacionadas.....	1.244	959
	36.127	27.859

Passivo circulante
Outras contas a pagar - partes relacionadas (17.b)..... - 1
Companhia de Jesus - Jesuítas (b)..... 1.465 7.741
1.465 7.741

(a) A Associação concede à AJEAS crédito em conta corrente, para que a mesma aplique estes recursos em consonância com as finalidades previstas em seu Estatuto Social. Este contrato não prevê atualização monetária o prazo para quitação do saldo devedor verificado entre as partes, independente de utilização do total do crédito disponibilizado, deverá ser quitado num prazo máximo de 36 meses, contados a partir da data de liberação do valor inicial que originou a operação. (b) A Associação firmou contrato de compra e venda com a Companhia de Jesus referente ao imóvel situado no 21º sub-distrito, Saúde, da Comarca da Capital, 14º Circunscrição de Imóveis, na Rua Divinópolis, 545, onde se acha matriculado sob número 41.473 Livro 2 do Registro Geral. A transação entre as partes ocorreu em fevereiro de 2014.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração: Os diretores da Associação compõe o quadro de pessoal-chave de sua administração e não recebem remuneração pela prestação dos seus serviços, conforme a sua previsão estatutária.

18. Patrimônio líquido: Patrimônio social: Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. No caso de extinção da Associação, seu patrimônio, por vontade expressa da instituidora, será incorporado à Companhia de Jesus. **Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens):** O ajuste de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência da atribuição do "deemed cost" no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Associação possuir imunidade tributária.

19. Receita operacional: AANEAS demonstra abaixo a composição da receita operacional líquida:

	2016	2015
Receitas de ensino.....	280.375	245.496
Receitas patrimoniais.....	71.805	69.497
Receitas com contribuições.....	1.455	1.264
Receitas com trabalhos voluntários.....	650	-
Outras receitas.....	5.427	6.322
	359.712	322.579
Cancelamentos e devoluções.....	(440)	(189)
Bolsas institucionais.....	(14.062)	(12.126)
Bolsas Cebas (nota 21).....	(42.391)	(32.399)
	(56.893)	(44.714)
	302.819	277.865

20. Despesa por natureza

	2016	2015
Despesas por função		
Custos dos serviços prestados.....	(235.498)	(212.084)
Despesas com vendas.....	(2.086)	(2.366)
Despesas gerais e administrativas.....	(40.722)	(22.807)
Outras receitas operacionais.....	5.585	-
	(272.721)	(237.257)

	2016	2015
Despesas por natureza		
Despesas com pessoal.....	(189.078)	(168.975)
Depreciação e amortização.....	(28.024)	(26.563)
Despesas com serviços.....	(24.239)	(19.984)
Despesas assistenciais (nota 22).....	(6.023)	(8.362)
Despesas com materiais.....	(11.853)	(10.394)
Serviços básicos.....	(6.571)	(5.944)
Despesas com patrimônio e utilidades.....	(3.060)	(3.394)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	(1.519)	(575)
Despesas com propaganda e marketing.....	(567)	(1.792)
Trabalhos voluntários.....	(650)	-
Reversão da provisão para perda.....	3.337	17.228
Outras despesas.....	(4.474)	(8.502)
	(272.721)	(237.257)

21. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras.....	41.168	32.817
Outras receitas financeiras.....	2.051	-
	43.219	32.817

	2016	2015
Despesas financeiras		
Descontos concedidos.....	(2.310)	(2.522)
Outras despesas financeiras.....	(681)	(645)
	(2.991)	(3.167)
	40.228	29.650

22. Benefícios sociais concedidos através de bolsas de estudo, programas de apoio ao aluno bolsista e ações socioassistenciais com base nas Leis 12.101/2009, 12.868/2013 e 8.742/1993: Desde sua fundação em Agosto de 1900, a ANEAS valoriza os conceitos de cidadania, ética e solidariedade e cumpre sua Missão dedicando-se para que as ações por ela desenvolvidas sejam respostas efetivas às demandas sociais. A ANEAS possui como área preponente a Educação, a qual presta serviços em conformidade com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem por premissa que a educação é elemento constitutivo do ser humano e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ele nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal. Em cumprimento a sua Missão e em consonância com a legislação vigente, a ANEAS também desenvolveu em 2016 ações socioassistenciais na área da Assistência Social, com objetivo de otimizar as relações sociais estabelecidas de forma a garantir que cada indivíduo seja sujeito de direitos e protagonista de sua história. As ações foram desenvolvidas por meio de serviços, programas e projetos os quais proporcionaram aos usuários atendidos: acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo

com a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. **a. Educação:** A ANEAS desenvolveu suas atividades de Educação e Assistência Social por meio de suas unidades mantidas que estão concentradas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conforme descritas abaixo:

- SÃO PAULO:**
a) Mantenedora;
b) Colégio São Francisco Xavier;
c) Colégio São Luís;
d) Centro Santa Fé;
e) Oficinas Culturais Anchieta - OCA.

- RIO DE JANEIRO:**
a) Colégio Anchieta;
b) Colégio Santo Inácio;
c) Centro Educativo Padre Agostinho Castejón.

- MINAS GERAIS:**
a) Creche Caçarinas;
b) Centro de Educação Infantil Nhá Chica;
c) Colégio dos Jesuítas;
d) Colégio Loyola;
e) Centro Social de Educação e Cultura Santo Inácio de Loyola;
f) Escola Técnica de Eletrônica - ETE FMC.

Na área de educação elaborou políticas que são seguidas em todos os colégios, buscando unidade no modo de proceder das obras de forma a garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar do aluno bolsista, afirmando os princípios, diretrizes e objetivos da Missão Jesuíta. Visa com essas políticas a excelência no acolhimento do aluno voltado ao sucesso acadêmico. A aferição das condições socioeconômicas das famílias dos alunos bolsistas para o ensino básico, no processo de concessão de bolsas de estudo e de apoios complementares, busca a competência técnica e o cumprimento da legislação vigente, sendo que para tal constituiu-se equipe provida de assistente social em cada obra educacional. Durante o exercício de 2016, foram prestados serviços na Educação Básica nos três níveis de ensino: Ensino Infantil, Fundamental e Médio e também nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica. Em conformidade com o artigo 13 da Lei nº 12.101/2009 e suas modificações com a Lei 12.868/2013, como também seu Decreto regulamentador nº 8.242/2014, concedeu bolsas de estudo e benefícios complementares a alunos que comprovaram perfil socioeconômico de acordo com as regras da legislação vigente, por meio dos seguintes programas: (i) **Bolsas de Estudo** - Programa de concessão de bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) a alunos com perfil socioeconômico estabelecido na Lei 12.101/09 e suas modificações com a Lei 12.868/2013 e Decreto regulamentador nº 8.242/2014, na Educação Básica. (ii) **Apoio ao Aluno Bolsista** - Programa de concessão de benefícios complementares a alunos beneficiados com bolsas de estudo integral, objetivando a permanência do estudante no curso a qual foi beneficiado conforme Lei 12.101/2009 e suas modificações na Lei 12.868/2013 e Decreto regulamentador nº 8.242/2014. Conforme determina a Lei 12.101/2009, artigo 13 e incisos, a ANEAS demonstra no quadro a seguir a distribuição das bolsas de estudos com o quantitativo de alunos beneficiados para a educação básica, na relação de 1 (uma) bolsa de estudo integral, para cada 5 (cinco) alunos pagantes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016: **Quadro da distribuição das bolsas de estudo - quantitativo de alunos em 31 de dezembro de 2016 - educação básica**

	Em quantidade
Educação básica	
1 - Alunos base.....	14.397
2 - Alunos pagantes.....	11.017
3 - Necessidade: 1/5.....	2.203
(+) Bolsas de estudo integrais.....	2.508
(+) Bolsas de estudo integrais de turno integral (1,4).....	472
(+) Bolsas de estudo parciais de 50%.....	150
4 - (=) Total de bolsas de estudo.....	3.130
5 - (=) Diferença de bolsas de estudo a maior.....	927

Na educação básica, a Associação beneficiou 3.130 alunos com bolsas de estudo, na seguinte proporção: sendo 2.508 bolsas de estudo integrais, 472 bolsas de estudo integrais de turno integral, e ainda, bolsas de estudo parciais de 50% para 150 alunos. Na relação com o mínimo devido (1 bolsa de estudo para cada 5 alunos pagantes), foram concedidas 927 bolsas acima desse mínimo devido para o cumprimento da Lei 12.101/2009. A Associação apresenta no quadro a seguir a distribuição das gratuidades em bolsas de estudos, programas de apoio ao aluno bolsista:

Quadro da distribuição das gratuidades bolsas de estudo, benefícios e apoios ao aluno bolsista integral em 2016

	Em milhares de R\$
Apuração das gratuidades concedidas.....	36.606
Valor das bolsas de estudo integrais.....	3.225
(+) Valor das bolsas de estudo parciais.....	513
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - transporte.....	325
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - uniforme.....	78
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - material didático.....	1.046
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - alimentação.....	698
(+) Valor dos programas de apoio a alunos bolsistas - outros.....	225
(=) Total da gratuidade concedida.....	42.391

A ANEAS concedeu em 2016, o valor de R\$ 42.391 em gratuidades bolsas de estudo, benefícios e apoio complementar ao aluno bolsista. O Certificado Beneficiário de Assistência Social (CEBAS) da ANEAS foi deferido por meio da Portaria nº 701, de 18 de novembro de 2014. Conforme determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/2009 e suas modificações com a Lei 12.868/2013, como também seu Decreto regulamentador nº 8.242/2014. A ANEAS procedeu a entrega da documentação em meio físico, para renovação do próximo triênio 2014 a 2017, junto ao Ministério da Educação (MEC) em 01 de dezembro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e o exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota 6i, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 23 de março de 2015 e 23 de março de 2016, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os seus aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e sobre as demonstrações financeiras da Associação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Conselho Fiscal da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), Relatório de Atividades no âmbito das Ações Filantrópicas Educacionais e de Assistência Social, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

2. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer da Auditoria, o Conselho Fiscal, indica para aprovação os referidos documentos contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e autoriza, após a aprovação pela Assembleia Geral, a Publicação do Balanço. São Paulo, 27 de Março de 2017.

Daniilo Aparecido Mondoni - Presidente do Conselho Fiscal
Fidel Garcia Rodriguez - 1º Conselheiro e Secretário ad hoc
Emmanuel da Silva e Araújo - 2º Conselheiro

de 2014, sob nº de processo 23000.013794/2014-81, o qual encontra-se aguardando análise, conforme SE/MEC 0608107 emitida em 27 de março de 2017. As unidades educacionais mantêm seu cadastro atualizado no EDU-CACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). **b. Assistência social:** A ANEAS desenvolveu suas atividades na área da assistência social em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2014), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005), Norma Operacional Básica em RH (NOB-SUAS-RH/2006), Resolução CNAS nº 109/2014 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais); Resolução nº 14/2014 do CNAS (Parâmetros Nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas e projetos) e Resolução nº 27/2011 do CNAS (Caracteriza as Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social). O trabalho realizado teve como objetivo otimizar as relações sociais estabelecidas de forma a garantir que cada indivíduo seja visto como sujeito de direitos e protagonista de sua história. Desenvolveu serviços, programas e projetos que proporcionaram as comunidades locais o acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Os serviços, programas e projetos estão organizados nos seguintes segmentos: (i) **Serviço de Atendimento Proteção Social Básica** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O Serviço de Atendimento foi realizado em 2016 em 3 (três) Unidades Diretas nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Unidades diretas	Usuários Realiza- atendidos (Em milha- proteção social básica	Nome do serviço	Res	Res R\$)
Centro Santa Fé	206	Resgatando a história, fortalecendo vínculos e construindo cidadania	1	1.866
Oficinas Culturais Anchieta - OCA	211	Projeto Oficinas Culturais Anchieta - OCA	1	1.116
Centro Social de Ed. e Cultura Santo Inácio de Loyola	442	Projeto Social e Cultura Santo Inácio de Loyola	462	2.764
CNPJ 33.544.370/0039-11			859	
CNPJ 33.544.370/0006-53				
CNPJ 33.544.370/0010-30				

(ii) **Serviço de Assessoramento Técnico/Financeiro** - O Programa de Assessoramento Técnico e Financeiro foi desenvolvido e monitorado diretamente pela Associação, por meio dos seguintes procedimentos: abertura de edital, análise e revisão dos serviços apresentados e formalização da parceria, por meio de Instrumento de Parceria, entre a Associação e a entidade beneficiada pelo programa. Após, iniciamos o acompanhamento mensal norteado pela Diretriz Institucional - Processo de Prestação de Contas (Social e Financeira). Nesse programa, foi beneficiada a Fundação Fé e Alegria do Brasil, entidade certificada com o CEBAS e suas mantidas, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme quadro abaixo:

Assessoramento técnico e financeiro Instituição Parceira	Usuários Realiza- atendidos (Em milha- Instituição Parceira	Nome do projeto	Res	Res R\$)
Fundação Fé e Alegria/ Sede Nacional	6.155	Fortalecendo vínculos na Missão de Fé e Alegria e Assessoria Técnica aos Centros Sociais (21 projetos apoiados - atuando em 14 estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Paraíba, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Amazonas).	6.023	6.023
	6.155		6.023	

Abrangência Territorial - Serviços Diretos e Projetos Sociais Apoiados:



23. Renúncia fiscal: Em atendimento a ITG 2002(R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Associação, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes: * Incidentes sobre a receitas tributáveis (PIS 0,65%, COFINS 3%); * Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT); * Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS 34%).

24. Instrumentos financeiros: A Associação não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a risco de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez. **Risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do

crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa.....	113.818	94.013
Títulos e valores mobiliários.....	214.799	179.736
Contas a receber.....	12.292	9.978
Outros créditos.....	15.966	9.404
Empréstimos - partes relacionadas.....	36.127	27.859
	389.002	320.990

Os saldos de contas a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas. **Risco de liquidez:** A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem. A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2016 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo de R\$ 328.617 (R\$ 273.749 em 2015) frente a um passivo circulante total na mesma data base de R\$ 50.999 (R\$ 41.938 em 2015) que representa uma posição líquida positiva de R\$ 277.618 (R\$ 231.811 em 2015). **Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Associação eram:

Instrumentos de taxa variável	2016	2015
Ativos financeiros - CDI		
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa).....	109.812	91.345
Títulos e valores mobiliários.....	214.799	179.736
Total.....	324.611	271.081

A Associação mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2016, a Associação apresentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R\$ 324.611 (R\$ 271.081 em 2015) em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários remuneradas em CDI. **Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros:** Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2016. Os cenários "Possível" e "Remoto" levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem, e as despesas com juros de debêntures estão calculadas até o término de cada contrato indexado.

	Provável	Possível	Remoto
CDI (a.a.)	12,13%	+25%	+50%
Saldo Contábil			
	123,132	126,462	129,792
	240,854	247,368	253,882
	39,375	49,219	59,063

Estimativa do valor justo: A Associação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2016	2015
Valor contábil		
Valor justo		
	109,812	91,345
	109,812	91,345

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários..... 214.799 214.799 179.736 179.736
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras..... 109.812 109.812 91.345 91.345

Ativos mensurados pelo custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa..... 4.006 4.006 2.668 2.668
Contas a receber de clientes e alunos..... 12.292 12.292 9.9